

REPRODUÇÃO SOCIAL: MECANISMO DE INTENSIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DAS MULHERES NO SISTEMA CAPITALISTA NEOLIBERAL

SOCIAL REPRODUCTION: MECHANISM FOR INTENSIFICATION OF THE WOMEN'S EXPLOITATION IN THE NEOLIBERAL CAPITALIST SYSTEM

Juliana Pantoja Machado¹

Loiane Prado Verbicaro²

Resumo: As mulheres, à luz da lógica capitalista, são tratadas como instrumento para manutenção do modelo de socialização exploradora que caracteriza o capitalismo. Para que a produção capitalista possa ser sustentada, de modo especial em sua fase neoliberal, há a necessidade constante de sustentar a reprodução a partir da expropriação das mulheres. O artigo, por intermédio de pesquisa bibliográfica de análise qualitativa a partir de uma abordagem filosófica feminista, propõe-se a discutir as estratégias utilizadas pela estrutura capitalista neoliberal para agravar a realidade que atribui às mulheres, explorações e expropriações próprias, trazendo, como consequência, restrições à participação política, diferenças nas oportunidades no mercado de trabalho e maior exposição à pobreza, dentre outras consequências que se aprofundam, sobremaneira, quando impostas às mulheres negras.

Palavras-chave: Mulheres, Reprodução, Capitalismo Neoliberal

Abstract: *Women, in light of the capitalist logic, are treated as an instrument for maintaining the exploitative socialization model that characterizes capitalism. For capitalist production to be sustained, especially in its neoliberal phase, there is a constant need to sustain reproduction through the expropriation of women. The article, through a bibliographical research of qualitative analysis from a feminist philosophical approach, proposes to discuss the strategies used by the neoliberal capitalist structure to aggravate the reality that it attributes to women, their own exploitation and expropriation, bringing, as a consequence, restrictions to political participation, differences in opportunities in the labor market, and greater exposure to poverty, among other consequences that are particularly deepened when imposed on black women.*

Key-words: *Women, Reproduction, Neoliberal Capitalism*

¹ Mestre em “Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional” pelo Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA, mestranda em Filosofia pela Universidade Federal do Pará, Advogada, membro do grupo de pesquisa Filosofia Prática: Investigação em Política, Ética e Direito.

² Professora da Universidade Federal do Pará - UFPA. Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) e Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA). Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL). Doutora em Filosofia do Direito pela Universidade de Salamanca - USAL (2014). Mestra em Direitos Fundamentais e Relações Sociais pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2006), com período de estudo na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP. Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2011). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará - summa cum laude - UFPA (2004). Graduada em Filosofia (Bacharelado) pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2019).

Introdução

A operacionalização e sustentação do sistema capitalista condiciona a existência das mulheres a determinados espaços e vivências que as objetifica e explora. Essa realidade é melhor compreendida quando se entende o estereótipo de gênero cuja função é a criação de um padrão de existência para mulheres que às leva à sujeição, ao controle, à dominação e ao aprisionamento. Esse modelo de sujeito é visto como secundário em relação ao sujeito universal masculino, pautado no ideal abstrato e desencarnado, distorcido e nostálgico do ego masculino autônomo que a tradição universalista privilegia, desenhado pela modernidade e inserido como padrão de racionalidade e comportamento no espaço público.

Nesse sentido, é importante assinalar que essa crítica está associada ao modelo de esfera pública liberal, amplamente difundida em sociedades democráticas como o modelo capaz de ser inclusivo e equânime entre os atores sociais, porém, em verdade, é insuficiente para uma leitura complexa da realidade, uma vez que funciona sob o aspecto de suposta neutralidade que limita a agenda da conversação pública e exclui particularmente os grupos minoritários, como mulheres e pessoas negras que não têm sido parceiros tradicionais no diálogo liberal (BENAHBIB, 1992).

Essa situação conduz à necessidade de se refletir sobre os fatores históricos de desigualdade, bem como de sua invisibilidade, além de outras opressões que se originam da formação capitalista colonial e exploratória, associada à ordenação do modelo político liberal e, posteriormente, em bases ainda mais profundamente desiguais, no neoliberalismo, as quais acentuam as diferenças existentes no exercício da cidadania, com destaque para os marcadores de gênero e raça, assinalando a importância de se repensar toda a estrutura social, política e econômica do capitalismo neoliberal que amplia, sobre estruturas desumanizantes e individualistas, o ideal de sujeito autorresponsabilizável e centrado em si, descompromissado com a dimensão social e coletiva da vida.

A dinâmica de neoliberalização, com a desresponsabilização do Estado, reduz recursos dedicados ao bem-estar social e a sua importância em áreas como assistência à saúde, o ensino público e a assistência social, ocasionando o empobrecimento da população e o aumento da vulnerabilidade social, como apontado no estudo desenvolvido por Brown (2019) sobre neoliberalismo, no qual a filósofa expõe que o avanço da lógica neoliberal sob o domínio da política mata a democracia e o exercício da soberania popular, pois governar se torna um *business*, negócio, no qual princípios democráticos básicos começam a aparecer como obstáculos.

Dessa forma o mercado financeirizado passa a se tornar modelo para a construção da política institucional, o modo de conceber as sociedades, as próprias políticas públicas, as decisões do judiciário, devastando os pilares elementares da democracia, como exercício da vontade popular soberana. Os debates de ideias e projetos da sociedade e de bem comum na esfera pública vão sendo prejudicados, pois, inclusão se torna competição, liberdade se torna sinônimo de mercados desregulados e os princípios da igualdade e do universalismo são substituídos por desigualdade de base, vista não apenas como natural, mas como necessária ao funcionamento dos mercados. Para que esse modelo opere, uma pirâmide hierárquica precisou ser construída (BROWN, 2019).

Nesse ponto, à medida em que o capital se aproxima dos limites da expansão universal, o trabalho das mulheres torna-se um dos campos mais viáveis em que a acumulação primitiva ainda pode operar, criando zonas para a capitalização e a exploração robustas, o que acontece de maneira ainda mais violenta para as mulheres negras, pois figuram na base da pirâmide social desenhada por esse sistema.

Nesse cenário, o avanço do capitalismo financeirizado e da globalização intensificou a “feminização da pobreza” com o surgimento de uma nova ordem colonial e de sujeição das mulheres à uma lógica sustentada pela exploração. Considerando essa realidade, o artigo propõe-se a discutir as estratégias utilizadas pela estrutura capitalista neoliberal para agravar a realidade que impõe às mulheres explorações e expropriações próprias, com consequências deletérias à participação política, às oportunidades no mercado de trabalho e maior exposição à pobreza, dentre outras consequências que se agravam, sobremaneira, quando impostas às mulheres negras.

1 Reprodução social, Trabalho não pago

A reprodução é compreendida, nessa investigação, como reprodução da força de trabalho e ao cuidado intrafamiliar, envolvendo a perpetuação da lógica capitalista, incorporando, também, a socialização e a subjetivação dos indivíduos pertencentes a essa ordem. Nesse sentido, há três elementos reprodutivos: o biológico, o social e o ideológico, cuja combinação não se desenvolve exclusivamente no lar, mas também em outros espaços de contato social que vão sendo cada vez mais mercantilizados, padronizando um modelo de viver e de agir.

Há, ainda, uma segunda dimensão dos cuidados envolvendo o trabalho doméstico, remunerado ou não, e englobando todos os encargos referentes à manutenção da subsistência familiar. O trabalho reprodutivo envolve custos, gestão de recursos materiais e imateriais e para quem presta

os cuidados não remunerados, representam potencial perda de oportunidade de inserção no mercado de trabalho, dificultando a própria manutenção daquele que cuida.

Nesse panorama, a precarização dos trabalhos de cuidado ocorreu vinculada à disputa de poder entre homens e o trabalho feminizado, atribuindo-se ao trabalho não remunerado das mulheres um tratamento que “[...] por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente a ‘parte não remunerada do dia de trabalho’ e usar o salário (masculino) para acumular o trabalho feminino” (FEDERICI, 2017, p. 232).

O empobrecimento das mulheres nessa ordem social está conectado à discriminação de gênero, pois “[...] a globalização não só provocou uma ‘feminização da pobreza’ como contribuiu para o surgimento de uma nova ordem colonial” sujeitando as mulheres à ordem econômica social, sustentada pela exploração (FEDERICI, 2019b, p. 137).

Assim, a recusa das mulheres em aceitar a imposição do trabalho reprodutivo revelou que “[...] a centralidade do trabalho doméstico não remunerado na economia capitalista, reconfigura a imagem da nossa sociedade como um imenso circuito de ‘plantações domésticas’ e ‘linhas de montagem’”. A produção de trabalhadores, nesse léxico, está articulada a uma base diária e permanente (FEDERICI, 2019b, p. 202).

No que concerne ao avanço capitalista e ao trabalho das mulheres na economia global, “[...] enquanto a produção foi reestruturada através de um salto tecnológico em áreas-chave da economia mundial, nenhum salto tecnológico ocorreu na esfera do trabalho doméstico para reduzir significativamente o trabalho socialmente necessário para a reprodução”, ainda que tenha havido aumento das mulheres no mercado de trabalho para a execução de atividades sem conexão com a reprodução (FEDERICI, 2019b, p. 222-223).

A reprodução humana é um processo de trabalho intensivo, manifesto no cuidado com crianças e idosos e composto não apenas de componentes físicos, mas, também, do suprimento emocional, promotor da sensação de segurança, de consolo e de antecipação dos medos e dos desejos das pessoas. Essa atividade, dessa forma, não é meramente material ou produtiva, nem pode ser dividida por meio da tecnologia, mecanização ou substituição pela direção virtual da comunicação *on-line* (FEDERICI, 2019b, p. 222-223).

No que tange ao trabalho produtivo, este é articulado de maneira indispensável com o trabalho reprodutivo, servindo como ferramenta para o acesso e o controle de recursos econômicos por intermédio da intervenção das instituições tanto políticas, quanto sociais, como a família. A tarefa

particular de repassar a consciência capitalista para as gerações que se seguem é realizada por meio da parcela humana responsável pelo cuidado reprodutivo, o que implica entender que é indispensável ampliar a “[...] análise marxiana do trabalho não remunerado para além dos limites do chão de fábrica e, assim, compreender que a casa e o trabalho doméstico não são estranhos ao sistema fabril, mas a sua base” (FEDERICI, 2019b, p. 23).

A reprodução, nessa composição, não é algo inerte. As mudanças contextuais e históricas interferem na dinâmica reprodutiva, transformando e intensificando as suas demandas, porém, permanecendo assentadas na lógica segregacionista e precarizadora que subalterniza mulheres. Essa circunstância integra as mulheres ao mundo produtivo, sem moderar as responsabilidades impostas pela demanda reprodutiva, gerando uma majoração das vulnerabilidades atribuídas ao gênero feminino. Trata-se de um antagonismo, pois, ainda que o capital dependa da força de trabalho que sustenta a reprodução, há um reforço para não se perceber essa atividade como trabalho necessário e desenvolvido, majoritariamente, pelas mulheres.

Esse modo produtivo imposto pelo sistema capitalista é responsável por dividir a sociedade em classes hierárquicas, mas, para além disso, incorpora às classes apenas os sujeitos explorados e obrigados a viver com a renda recebida, renegando os expropriados à inferiorização mais violenta, tornando-os incapazes de sequer dispor de rendimento e de participação concreta. Nesse quadro, o modelo capitalista “[...] lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços” (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

Instaura-se, nas sociedades capitalistas, um processo de individualização com dupla desvantagem para as mulheres. A primeira refere-se ao nível superestrutural, no qual “[...] era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara” (SAFFIOTI 2013, p. 65). A segunda trata do plano estrutural, no qual, “[...] à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas” (SAFFIOTI, 2013, p. 65-66).

Designar às mulheres um *locus* periférico na imagem social, foi um recurso do capitalismo ao usufruir do trabalho desenvolvido por esse “[...] contingente humano subvalorizado sob vários aspectos” (SAFFIOTI, 2013, p. 68). A reprodução, intrinsecamente ligada à manutenção não apenas da vida, mas à perpetuação das subjetividades humanas que comportam a racionalidade capitalista, é

organizada nesse sistema como não remunerada, construída como contígua à ordem produtiva de bens e de serviços.

Essa realidade impulsiona a submissão das mulheres, dado que a falta de reconhecimento da importância social e o modo operacional econômico implementado por esse sistema, delimitam o crescimento em razão do gênero, além dos demais marcadores de diferença. Retrair o potencial das mulheres tem sido, assim, uma abordagem metodológica do sistema capitalista desde o seu nascimento. A relação predatória construída nessa ordem necessita ser externalizada.

Na razão capitalista, os aspectos de marginalização social também se relacionam com a esfera econômica, expandindo o entendimento da exploração para além da divisão de classes, ao incorporar a sua formação aos atravessamentos das lutas de fronteira provenientes da expropriação ou despossessão³, englobando, assim, a acumulação por outros meios e as múltiplas bases estruturais dos eixos de dominação que permeiam essa estruturação (FRASER; JAEGGI, 2020).

Dessa forma, existem duas formas de o capital se relacionar com os indivíduos, tornando-os exploráveis ou expropriáveis. A diferença principal entre elas envolve a forma de acumulação utilizada. Vincula-se a exploração ao sistema de confisco que possui regulação, como, por exemplo, o contrato de trabalho, pelo qual o capitalista tira vantagem da força de trabalho, porém, que ainda é abrangido por um sistema precário de proteção e de dotação de direitos. A acumulação por expropriação “[...] dispensa todas essas sutilezas em favor de um bruto confisco” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 58), expandindo a exploração para além do trabalho, gerando indivíduos desumanizados e sem liberdade. Colabora-se, por esse meio, com a hierarquização das pessoas, disposta de maneira enfática no sistema neoliberal. O neoliberalismo promove um entrelaçamento entre exploração e expropriação. Esse contínuo é predominantemente feminino, racializado e categoricamente ajustado exatamente para desenhar a margem da imagem social.

A desvalorização imposta pela generificação das atividades de produção “[...] diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora”

³ Termo cunhado por Harvey (2013), para descrever um processo de acumulação, articulado pelo imperialismo, que é maior e mais profundo do que os processos iniciais de acumulação primitiva e centralização do poder sobre o capital. Para o autor, a acumulação por despossessão funciona como uma estratégia recorrente que intensifica o processo de exploração, interconectando a lógica territorial do poder político com a intervenção imperialista do Estado, o que resulta em uma constante apropriação dos espaços e de determinados sujeitos sociais. O conceito revela, assim, a mesma via de raciocínio traçada por Fraser (2020) ao diferenciar a exploração da expropriação, podendo, então, como a própria autora adverte, ser compreendido como uma via para a compreensão da expropriação.

(FEDERICI, 2017, p. 213). Essa práxis permite que se afirme que o capitalismo foi desenvolvido sobre bases patriarcais, as quais contaram, e ainda contam, com a força de trabalho das mulheres para o aumento da acumulação primitiva e, portanto, do lucro.

Nesse sentido, a desvalorização do trabalho reprodutivo tem uma ligação direta com a desvalorização da posição social das mulheres. Subordina-se a reprodução à disciplina capitalista do trabalho, utilizando-se, para tanto, uma elaboração instrumental da utilidade humana, pela qual capacidades e qualidades são valoradas de acordo com os interesses do sistema.

Com essa compreensão, o sistema capitalista gratifica apenas o trabalho que comporta uma dimensão mercantil, deixando de fora processos e relações essenciais à manutenção e à continuidade da vida, fundamentais para o funcionamento de todo o sistema. Definir a economia como campo mercantil autônomo impede o reconhecimento de outros setores e atividades essenciais à subsistência humana. Por essa razão, os trabalhos de cuidado não são alçados à categoria econômica.

Entretanto, para que a sociedade sustente tal estrutura econômica, é imperativo ancorar-se na reprodução, que gera benefícios usufruídos de forma coletiva. O apagamento da essencialidade das tarefas reprodutivas, que não apenas asseguram a vida coletiva, mas garantem a própria acumulação capitalista, é historicamente implementado como ferramenta para uma organização social que alimenta os eixos de dominação instituídos.

Nesse cenário, não apenas a experiência das mulheres é alijada de um lugar central na sociedade, mas, também, as características femininas são constituídas em oposição às masculinas, concebidas como neutras. A mulher passa a ser somente aquilo que os homens não são, dóceis, não competitivas e responsáveis pelo âmbito doméstico, enquanto a figura masculina é autônoma, racional e a personificação do sujeito político. O ego masculino celebra sua passagem da natureza para a cultura, do conflito para o consenso, enquanto as mulheres permanecem em um universo interminável, condenadas a repetir os ciclos da vida. Por essa razão, “[...] especialmente as mulheres devem agir com desconfiança quando seu respectivo status social for explicado por meio de fatores ‘naturais’ como: compulsoriedade biológica à maternidade, constituição mais frágil que a dos homens e etc.” (MIES, 2016, p. 840).

Norteando essa percepção, encontram-se os mecanismos de afastamento da centralidade das mulheres, inclusive como provedoras da humanidade. A inaugural ambição capitalista e, de modo especial, a neoliberal, amplia o apagamento das mulheres a um ponto de objetificação que ignora, inclusive, a singular participação feminina na tarefa da reprodução biológica do ser humano.

No entanto, os seres humanos não são cogumelos.⁴ A referência aos cogumelos pode ser compreendida com o mito do estado de natureza das primeiras teorias burguesas, tão bem representado por Hobbes quando comparou os homens a cogumelos que, repentinamente, brotam da terra e chegam à maturidade sem nenhum engajamento uns com os outros, indivíduos abstratos, despidos das marcas do seu tempo histórico, local de origem, gênero e classe social. A ideia dos homens como cogumelos é uma imagem construída da autonomia masculina. A mulher é substituída pela terra. A negação de ter nascido de uma mulher isenta o ego masculino da ligação de dependência mais natural e básica (BENHABIB, 1987, p. 95).

O uso do conceito dicotômico de público e de privado reforça a representação ideológica da cultura patriarcal, organizada e orientada sobre as diferenças biológicas entre homens e mulheres. O conjunto de ideias éticas, políticas e econômicas da burguesia trouxe a separação entre Estado e sociedade, definindo atividades específicas ao indivíduo, reforçando a separação entre o político e o doméstico, assim como fortalecendo a esfera privada com uma lógica determinada pelo poder masculino, consoante a qual o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos recaem sobre as mulheres, em decorrência do contrato sexual, responsável por determinar as origens da divisão sexual do trabalho, que, por sua vez, responde a uma “[...] relação hierárquica, exploratória, intencional e não meramente uma simples divisão de tarefas entre parceiros iguais” (MIES, 2016, p. 842).

As dicotomias que permeiam a cultura ocidental compreendem o espaço econômico como do homem, portanto, notadamente como aquele que não é destinado à mulher. Corpo, emoção, dependência, cuidado e vulnerabilidade são as características estereotipadas às mulheres e deixadas de fora do molde econômico abstrato e racional, pois “[...] na verdade, a ideia do homem econômico é uma forma eficaz de excluir as mulheres” (MARÇAL, 2017, p. 172), o que permite a criação de uma linguagem econômica substancialmente segregadora.

A esfera de atividade pública e econômica adere, então, a um comportamento construído como masculino, o qual embasa as ações em um modelo de expressão específico. Supostamente, a ação do *homo economicus* não é generificada, contudo, universalizações são notadamente não neutras e historicamente excludentes para mulheres. O capital humano, dentro da construção neoliberal, é movido pelo individualismo profundo que ignora os laços de afeto, de solidariedade e de cuidado

⁴ A construção do homem econômico que comanda a economia, perpassa pela ideia de que esse sujeito é sem contexto, sem infância, o que o assemelha aos homens que brotaram dos cogumelos na narrativa grega de Sísifo. Seriam, ainda, dotados de características supostamente universais. Porém, na realidade, tais características são centradas na construção de um perfil masculino, a partir das naturalizações sociais generificadas. Seria o homem racional, previsível, representante de um estereótipo não feminino, distante do trabalho do cuidado (MARÇAL, 2017).

entre os indivíduos. Considerando que essa é a base de funcionamento do *homo economicus*, percebe-se que ela é diametralmente oposta à parcela da humanidade responsabilizada pela reprodução (BROWN, 2015).

Considerando a versão atual do capitalismo financeirizado, nota-se uma imposição neoliberal sobre a ontologia do indivíduo, da família nuclear heterossexual e da diferença sexual, buscando enraizar cada um na natureza, o que gera mais uma forma de subordinação de gênero. Ocultar a estruturação de poder que sustenta todo esse sistema serve apenas para que os dominantes permaneçam a perpetuar os privilégios de que usufruem.

A história a ser contada pelo *homo oeconomicus* é, dessa maneira, a de um posicionamento social há muito associado aos chefes de família do sexo masculino, o que implica a incoerência da afirmação de que o homem econômico responde, de forma universalizada e não genderizada, pelo capital humano, o qual, supostamente, falaria e representaria o interesse e a vivência de todos na sociedade capitalista, englobando homens e mulheres diversos.

No entanto, a figura colocada em foco pelo neoliberalismo e no retrato social vigente, embora rejeite a reprodução como trabalho, depende dessa prática invisibilizada para existir, para ser capaz de pensar em auto investimento e concorrência e, dessa forma, poder atuar como a empresa que se espera que esse indivíduo seja.

Esse cenário de normatização da lógica economicista através da implementação do *homo oeconomicus* como medida de valor e ação humanas, rege a vida pública, social, profissional, o bem-estar, a educação e a família.

Prover cuidados para “[...] outras pessoas em famílias, bairros, escolas e locais de trabalho, permanecem desproporcionalmente como a infraestrutura invisível para todo o capital humano em desenvolvimento” (BROWN, 2015, p. 105, tradução nossa⁵). Essa responsabilidade é ideologicamente inserida no campo da natureza feminina, a qual, em realidade, é construída pelas forças de poder presentes no sistema, e não por traços biológicos.

O caminho neoliberal, imposto nessa ordem social, provoca uma submissão ainda mais intensa às mulheres, uma vez que o desmonte das políticas sociais e da formação comunitária da sociedade implica uma maior responsabilização reprodutiva para as mulheres, que, por sua vez,

⁵ “[...] provisioners of care for others in households, neighborhoods, schools, and workplace, women disproportionately remain the invisible infrastructure for all developing, mature, and worn-out human capital” (BROWN, 2015, p. 105).

justamente em razão dessa demanda desmonetizada, ou precariamente monetizada, são marginalizadas na lógica financeirizada.

Nesse contexto, a divisão entre público e privado está diretamente ligada ao trabalho remunerado e ao não remunerado, contribuindo para a implementação da lógica da divisão sexual do trabalho. Há espaços próprios destinados aos homens e às mulheres, nessa ordem, delegando-se às mulheres a responsabilidade pela reprodução, e se reservando aos homens a concepção de provedor, o que resulta nessas relações assimétricas de poder, opressão e privilégio entre os sexos.

Assim, as características de cuidado, tidas como naturalmente femininas, partem da fabricação da ideia de que as mulheres possuem habilidades orgânicas e espontâneas em razão da natureza, que lhes permitem realizar afazeres domésticos e tarefas ligadas ao cuidado das pessoas, com alguma habilidade extra, diferente das dos homens (BIROLI, 2017).

Contudo, universalizar os sujeitos sociais a partir de perspectivas discriminatórias tem funcionado como meio para agravar a realidade que implica duplas jornadas de trabalho, trazendo, como consequências, restrições à participação política, diferenças nas oportunidades no mercado de trabalho e maior exposição à pobreza (BIROLI, 2017).

A sociedade é dividida em estratos sociais incapazes de se movimentarem dentro dos eixos estabelecidos. Esse modelo revela a continuidade da crise que afeta as mulheres na ordem social institucionalizada capitalista e que se agrava sobremaneira na versão neoliberal. A perpetuação de um mundo antissocial, dominado pelo interesse latente do capital e dos mercados, preocupado com a concorrência, com o lucro e não com os mecanismos de exploração usados para obtê-lo, promove o desmonte das políticas sociais, a privatização dos serviços públicos, a depreciação da política e, com isso, o agravamento da subalternização dos marginalizados.

O cenário neoliberal promove uma fratura social complexa que oferece às mulheres um contexto de constante crise que, no entanto, é camuflada em diversas naturalizações e precarizações, as quais estão intrinsecamente ligadas à responsabilização do trabalho reprodutivo e ao seu ocultamento enquanto trabalho. Torna-se invisível o trabalho doméstico e se transferem para as mulheres os custos da reprodução. As mulheres são, também, forçadas a ingressar no mercado de trabalho em piores condições de remuneração.

2 Capitalismo neoliberal e a Estrutura de exploração das mulheres

É necessário compreender, ainda, que, interconectados a esses fatores de desigualdade, estão outras opressões que se originam da formação capitalista colonial e exploratória, as quais acentuam as diferenças existentes no exercício da cidadania. Outros eixos articuladores de acesso aos bens sociais permeiam a realidade imposta às mulheres, como a interseccionalidade de gênero, raça e classe.

No que concerne às mulheres negras, lembra-se a experiência narrativa brasileira de implementação do capitalismo, em que “[...] os escravizados nunca tiveram possibilidade de acúmulo significativo de capital” (BERTH, 2019, p. 74). A estratégia de dominação e aniquilamento social perpassa pela exploração vivida desde a colonização, trazendo para esse campo um elemento essencial de opressão, pautado na hierarquização da raça e do gênero.

Quando o conceito de mulher é tomado como um todo universal, cuja opressão fala em nome coletivo ao sistema de domínio do Estado, sem levar em consideração as iniquidades de gênero que atingem exclusivamente às mulheres negras, alimenta-se o sistema de cerceamento da autonomia e da relevância das pessoas enquanto sujeitos, nesse caso, especificamente da mulher negra, como bem advertiu Akotirene (2018), pois gênero aqui, circunscreve-se ao corpo racializado, proveniente de uma história sem privilégios e nutrido de negações.

Para ilustrar esse entendimento, Ribeiro (2018, p. 45-46) defende “[...] que trabalhar fora, sem autorização do marido, por exemplo, jamais foi uma reivindicação das mulheres negras ou pobres”. As atividades e as relações sociais das mulheres precisam ser interpretadas conforme os seus contextos, de modo a torná-las analiticamente visíveis no âmbito das reivindicações nos espaços públicos.

Depreende-se, dessa forma, e com clareza, a necessidade de salientar a luta das mulheres pela reivindicação de pertencimento e gerência na esfera pública e para além do trabalho reprodutivo, como dependentes da capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas, também, pela superação do apagamento sistêmico da mulher negra, através de complexos de opressão secularmente implementados, como é o caso do racismo (CARNEIRO, 2011).

As experiências das mulheres negras ocorrem, justamente, na intersecção das múltiplas estruturas opressivas. Há uma longa e rica tradição do pensamento feminista negro consoante a qual se pode compreender melhor a estruturação e o funcionamento desse sistema de exploração. É

necessário um mecanismo de ampliação da mentalidade, alargando-se, ainda, o campo da luta política e social de modo que elas sejam capazes de incluir o combate à desigualdade e à violência contra todas as mulheres. Sueli Carneiro (2011, s/p) esclarece:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

Existem formas de opressão compartilhadas pelas mulheres como categoria geral, enquanto formas de opressão de gênero. Compreende-se bem isso quando se entende a função genérica do estereótipo. A função de uma criação de padrão básico para mulheres é justamente a de sujeição, de controle de certos grupos desprezados, sobre os quais se pretende exercer dominação, contenção e aprisionamento.

Essas categorizações confinam as mulheres a certos modelos e padrões sociais. A história opera com dicotomias, nas quais as mulheres são sempre identificadas com os polos que se referem ao domínio do não público, incapacitadas para assumir uma posição social relevante.

Essa situação desvela a necessidade de se refletir sobre as responsabilidades reprodutivas também desenhadas sob a égide do racismo, o sistema metodológico do seu ocultamento e a importância de se repensar toda a estrutura social e econômica promovida pelo neoliberalismo ao centralizar, sobre bases desumanizantes, um neossujeito, tornando-o cada vez mais próximo de uma máquina, razão pela qual, é necessária a construção de novos valores, com menos mercado e maior preocupação com a vida humana.

O problema da invisibilidade é estrutural, teórico e político, causado por fatores que levam à insuficiência material, como consequência do caminho de marginalização imposto às mulheres e que detém maior prejuízo as mulheres negras.

A elaboração patriarcal e colonialista configura um capitalismo racista que, ao se aperfeiçoar na sistematização de desvalorização humana sobre as mulheres, considera o valor delas como residindo “[...] cada vez mais na mão de obra barata que elas podem oferecer no mercado por meio da venda do seu trabalho e do seu corpo” (FEDERICI, 2019a, p. 98-99).

O capitalismo contemporâneo promove, dessa forma, a necessidade de as mulheres sustentarem as suas famílias, sem, contudo, fornecer ferramentas para que sejam capazes de fazê-lo, pois, ao não priorizar o estímulo de políticas públicas sociais que garantam o suporte estrutural e

financeiro que necessitam para administrar a família e o trabalho, na maioria das vezes precarizado, acabam promovendo a sua integração na economia global por meio de um processo violento.

Os beneficiários dessa estrutura permanecem como aqueles que sempre detiveram o capital social, econômico e cultural, movendo uma articulação política interessada, apenas, em manter a aliança dominante como a única a dispor de vantagens.

Fica claro, portanto, que o neoliberalismo constrói não apenas um regime de acumulação excludente, mas todo um conjunto de regras e formulações que utiliza mecanismos de dominação e exercícios de poder para cultivar um novo modelo de sociedade que é machista e racista.

A dinâmica de neoliberalização tem revelado um contexto que reduz os recursos pessoais advindos do mercado de trabalho, devolvendo a responsabilização pela reprodução exclusivamente para esses indivíduos, à medida em que reduz recursos dedicados ao bem-estar social e reduz seu papel em áreas como assistência à saúde, o ensino público e a assistência social, ocasionando o empobrecimento da população.

Isso significa que o trabalho feminino compreendido como um tipo de trabalho considerado doméstico, afetivo, imaterial ou reprodutivo, está ligado às funções de cuidado e à socialização, precisando, no mundo neoliberal, ser equilibrado com o trabalho produtivo.

Como essas formas de trabalho têm se tornado cada vez mais prevalentes como uma tendência estrutural, transformações ocorreram, também, nas esferas culturais. À medida em que o capital se aproxima dos limites da expansão universal, o trabalho das mulheres torna-se um dos campos mais viáveis em que a acumulação primitiva ainda pode operar, criando zonas para a capitalização e a exploração robustas, o que acontece de maneira ainda mais violenta para as mulheres negras (MACHADO; SERRA; MESQUITA, 2021).

A universalização final do capitalismo ocorre com a produção industrial excedida pelos processos reprodutivos, quando a produção assume a forma, o movimento, a cooperação, a interação e a criatividade que permeiam a totalidade da vida social, ou seja, à medida que os meios de produção tomam a forma do social, as relações sociais passam a ser mercadorias. No entanto, esta transformação da organização do capital ao longo das linhas do trabalho reprodutivo desafia, de dentro, a demanda simultânea do capital por medir, quantificar e trocar tudo, criando antagonismos destrutivos, os quais alimentam o desvanecimento dos excluídos e, principalmente, dos expropriados, relegados a figurar nas margens (MACHADO; SERRA; MESQUITA, 2021).

Com a normalização da desregulamentação, as privatizações e a retirada do Estado da provisão social, intensificou-se o poder e a riqueza das classes dominantes impactando claramente as mulheres como as principais consumidoras de serviços públicos, enquanto administram os serviços domésticos sem fins lucrativos (MACHADO; SERRA; MESQUITA, 2021).

Não é surpresa que, em tempos de crise econômica, os membros marginalizados e mais pobres da sociedade, notadamente as mulheres e de maneira ainda mais objetiva as mulheres negras, sejam os mais atingidos. A racionalização econômica é a principal determinante do interesse na prestação de serviços e na elaboração de políticas públicas e define quais serão pautadas ou não, sendo aquelas que atendem às necessidades das mulheres, invariavelmente, as que sofrem mais cortes. Simplificando, a licença-maternidade, as creches, as escolas, os auxílios e, até mesmo, a prestação de cuidados de saúde às mulheres não são políticas lucrativas para os Estados e mercados e, portanto, não figuram no topo das prioridades dos Estados financeirizados.

3 Mulheres: Instrumentos do sistema

A perda do espaço social e de autonomia das mulheres possui conexão com o intenso processo de degradação social a que são submetidas, processo este interligado ao desenvolvimento capitalista desde o século XVI. A diferenciação sexual do espaço, as mudanças legais e os novos cânones culturais afunilaram o desejo de classificar as mulheres como excessivamente emocionais, inaptas ao governo de si mesmas e inferiores quando em comparação à imagem construída para os homens em cima do racionalismo, do tecnicismo e da ciência (FEDERICI, 2017, p. 202).

A implementação dessa abordagem, nascida, no mundo ocidental, em território europeu, dependeu do sucesso da caça às bruxas e da “[...] destruição de um universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista” (FEDERICI, 2017, p. 205). Essa derrota foi fundamental para a construção da nova imagem da mulher que, necessariamente, precisa ser “[...] passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas” (FEDERICI, 2017, p. 205).

Esse processo que institucionaliza o sexismo está interligado ao capitalismo que aloca o corpo como máquina humana para o trabalho, pois o corpo “[...] foi o principal salto tecnológico, o passo mais importante no desenvolvimento das forças produtivas que teve lugar no período de acumulação primitiva” (FEDERICI, 2017, p. 267). Acontece que o corpo da mulher padece para além das premissas teóricas da disciplina do trabalho apontada por Descartes, quando teoriza o autocontrole

como “[...] requisito fundamental em um sistema socioeconômico capitalista no qual se pressupunha que cada um fosse proprietário de si mesmo, o que se converteu em fundamento das relações sociais”, fazendo com que a coerção para o disciplinamento laboral não fosse mais apenas externa, levando o indivíduo a funcionar como senhor e escravo da disciplina do trabalho (FEDERICI, 2017, p. 272).

Porém, como dito acima, essa lógica tem uma incidência diferenciada às mulheres que não se encaixavam na categoria racional de homem, restrita, pelos filósofos da modernidade, “[...] exclusivamente a uma pequena elite composta por homens adultos, brancos e de classe alta” (FEDERICI, 2017, p. 278).

A divisão entre homens e mulheres apagou um “[...] universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social” (FEDERICI, 2017, p. 294).

Os corpos das mulheres são disciplinados em vias que os julgam uma propriedade comum da sociedade, constantemente ao serviço da logística da manutenção do capital, figurando em diferentes frentes para tornar isso possível. É por esse motivo que se ratifica, constantemente, que o pertencimento desse corpo se dá ao lugar de isolamento do âmbito doméstico, confirmando a sua função como privado, aqui no sentido de propriedade de alguém, mais precisamente de uma figura masculina, que tem a titularidade desse poder amparada, institucionalmente, pelo Estado.

Nesse sentido, a crítica à genealogia foucaultiana da modernidade é necessária, como bem enfatizou Federici (2017), pois, ao oferecer centralidade ao caráter produtivo do poder, não analisa a repressão estatal como componente decisivo para o adestramento do comportamento das mulheres.

Por outro lado, a articulação entre patriarcado e capitalismo exige que seja reexaminado o tema relativo ao adestramento dos corpos vivos com vistas à produção e à reprodução. É, portanto, alarmante que Foucault (2020), autor atento à transformação nas formas de punição na passagem à modernidade⁶, tenha sido indiferente à imponência do espetáculo público de queima das bruxas, como aponta Federici.

Ao tomarmos a caça às bruxas como um fenômeno decisivo para a compreensão da modernidade, apreendemos que a domesticação do corpo e do comportamento das mulheres,

⁶ Período, influenciado pelo Iluminismo, em que o homem passa a se reconhecer como um ser autônomo, autossuficiente e universal, e a se mover pela crença de que, por meio da razão, se pode atuar sobre a natureza e a sociedade (FEDERICI, 2017).

enquanto gênese moderna do indivíduo mulher, está ancorada em um processo robusto de repressão estatal.

O papel de controle e de disciplinamento do pensar e do agir das mulheres está diretamente vinculado à soberania estatal, porquanto os aparelhos disciplinares não se limitaram aos de âmbito cívico, hospitais, escolas, prisões e afins, mas, também, abrangem a ação de disciplinamento estatal presente na formação e na administração doméstica e, igualmente, nos espaços políticos.

Federici (2017) nos fornece as ferramentas para compreender esse ponto que entrecruza o poder soberano e o disciplinar, fortificado no processo de gênese da mulher moderna, ao defender o fato de o capitalismo ter se estruturado como uma contrarrevolução, no sentido de prejudicar os atos de resistência à exploração feudal, especialmente aqueles realizados pelos trabalhadores e trabalhadoras dos campos europeus, sendo uma das suas estratégias fundamentais a separação da classe oprimida e explorada por meio da desvalorização social das mulheres em relação aos seus pares masculinos.

É necessário, então, estabelecer a conexão que considera a relação específica entre o corpo das mulheres e o poder/saber da modernidade, localizando o adestramento do corpo e o próprio lugar dado à reprodução, pois Foucault (2020) pensou corretamente quando admitiu que a mulher moderna é um efeito de poder, sendo em decorrência, instrumento e alvo do poder. Ela não existia antes da forma como os dispositivos de poder a fixaram na modernidade.

Na construção dessa chave de pensamento, torna-se possível afirmar que a sexualidade das mulheres não foi normalizada por meio de práticas discursivas e tornada objeto de saberes, foi, ao contrário, reprimida e transformada em trabalho não remunerado, no cerne de uma realidade social que configura o dinheiro como poder e hierarquia social.

Considerando essa perspectiva, fica evidenciado o caminho que o desenvolvimento capitalista trilhou até o presente momento, caminho que nos permite entender como a atual fase do capitalismo, a neoliberal, articula explorações há muito desenhadas, atualizando a sua formulação para uma ainda mais maléfica às mulheres, porém, que não é nova em sua estruturação.

Seguindo essa linha de pensamento, sustenta-se a ideia de que a acumulação primitiva não foi um evento restrito à pré-história do capitalismo, pois acompanha os processos de exploração de mais-valor próprios do sistema. Assim, em momentos históricos, nos quais o capitalismo passa por crises, como a vivida atualmente, no contexto neoliberal e, mais especificamente, no da pandemia,

novos mecanismos de acumulação primitiva são empregados, atingindo, preferencialmente, as mulheres.

Essa cadeia histórica de acontecimentos desenha um mapa de violências perpetradas contra as mulheres, que demonstra uma “[...] trama que conecta a violência de gênero à violência econômica, financeira, política, institucional e social, que hoje se converteu em uma análise difundida” (GAGO, 2020, p. 98).

A localização desse conhecimento é necessária para que se faça uma leitura mais completa do sistema capitalista neoliberal e uma análise de como a crise pandêmica afeta as mulheres, permitindo compreender, primeiro, que caminhos foram percorridos em uma leitura plural, para que as mulheres chegassem à situação de sustentar a pirâmide social, enquanto estão em um eixo de subordinação transversal em diversos sentidos, pois são atravessadas por inúmeras violências.

A exploração das precariedades das mulheres localizadas em países como o Brasil, permite o entendimento de que os corpos delas, a depender da cor, da localidade, da performatividade que os transpassam, estão sujeitos a determinadas violências com maior ou menor emprego, porém, todos eles são domesticados sob a ordem da reprodução.

Essa narrativa é complementada pela reflexão de que as mulheres se equiparam a colônias, enquanto territórios de saque dos quais se extrai riqueza por meio da violência. Nesse sentido, Gago (2020, p. 105) expõe:

A partir da analogia entre corpo feminino e colônia, conectaram o que o capital explora como ‘recurso grátis’ no trabalho doméstico, no trabalho camponês e no trabalho de quem mora nas periferias das cidades, e explicam que essa exploração é simultaneamente colonial e heteropatriarcal.

A subordinação das mulheres engloba, nessa perspectiva, a junção das dimensões produtivas e reprodutivas, reverberando o entendimento de que “[...] a domesticação e a colonização são inseparáveis, já que constituem uma relação específica, tanto no modo de explorar mão de obra quanto no de subordinar territórios” (GAGO, 2020, p. 105). Essa relação revela a combinação entre patriarcado e acumulação em escala global.

As análises do desenvolvimento capitalista neoliberal que têm sido promovidas sem essa compreensão são, dessa forma, falhas, ao não enxergar essa complexidade. Esse é o motivo pelo qual uma categoria de análise que parte do conceito corpo-território “[...] fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem” (GAGO, 2020, p. 107).

O sistema funda-se nas dinâmicas expansivas que pensadoras mulheres, como Gago (2020, p.112), denominam de cerco opressivo, estruturando-se no poder instituído na violência e na domesticação difundidas contra o corpo das mulheres. Essa lógica estabelece duas diretrizes necessárias para a emancipação das mulheres, a da descolonização e a despatriarcalização do corpo feminino.

O mapa das precariedades, destinadas às mulheres desde a gênese do sistema vivido hoje, enraíza-se na materialidade com a qual esse corpo é tratado e na objetificação à qual ele é submetido, motivo pelo qual a imagem colonial se perpetua e continua lançando sobre ele a naturalização do trabalho reprodutivo.

Considerações finais

A reprodução envolve o cuidado e uma série de sentimentos, sensações e responsabilidades presentes nas representações dos sujeitos participantes, econômica e socialmente, da esfera pública. Naturalizar esse comportamento às mulheres, em razão de estereótipos, desumaniza-as. Ocultam-se, a partir dessa lógica, todos os custos sociais e pessoais envolvidos nessa atividade. Ignorar a corresponsabilidade pelo cuidado, ou mesmo a ambiguidade de sentimentos envolvidos nesse encargo, é o meio arquitetado para promover o apagamento dessa ocupação enquanto trabalho, que demanda reconhecimento e remuneração.

O artigo confronta a imagem histórica que pensa os espaços sociais como relacionados à habilidades segregadas e divididas em binarismos, impostas a sustentar o masculino e o feminino em lugares definidos, garantindo, também, a divisão desproporcional e antagônica entre o público e o privado.

Nesse registro, as características reprodutivas, tidas como naturalmente femininas, revelam a crença de que as mulheres possuem habilidades orgânicas e espontâneas em razão da biologia de seus corpos, que lhes permitem realizar afazeres domésticos e tarefas ligadas ao cuidado das pessoas, com alguma suposta habilidade extra, diferente daquelas reconhecidas aos homens.

Ao defender-se a difusão desse arranjo social, criado sob os contornos de específicos interesses, promovem-se as funções destinadas a homens e mulheres como complementares, transformando-as em meios indispensáveis para um suposto equilíbrio da estrutura social. Cria-se, então, o agravamento da realidade que atribui às mulheres, em razão de seus corpos, explorações e

expropriações próprias, trazendo, como consequência, restrições à participação política, diferenças nas oportunidades no mercado de trabalho e maior exposição à pobreza, dentre outras consequências que se agravam sobremaneira, quando impostas as mulheres negras.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2018.
- BENHABIB, Seyla; CORNELL Drucila. *Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
- BENHABIB, Seyla. *Situating the self. Gender, community and postmodernism in contemporary ethics*. New York: Routledge, 1992.
- BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BIROLI, Flavia. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BROWN, Wendy. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone Books, 2015.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 04 jan. 2020.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. *Mulheres e a caça às bruxas*. São Paulo: Boitempo, 2019a.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019b.
- FOCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 10 ed. São Paulo: Paz&Terra, 2020.
- GAGO, Verónica. *A potência feminista: ou o desejo de transformar tudo*. Elefante: São Paulo, 2020.
- MACHADO, Juliana Pantoja; SERRA NETO, Prudêncio Hilário; MESQUITA, Valena Jacob Chaves. Produção e reprodução no capitalismo neoliberal: um modelo de exploração e expropriação a ser superado pelo princípio político do comum.. *Direito Público*, [S.l.], v. 18, n. 97, abr. 2021. ISSN 2236-1766. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4952>. Acesso em: 10 out. 2021.
- MACHADO, Juliana; VERBICARO, Loiane Prado; SIMÕES, Sandro Alex. O universalismo interativo de Seyla Benhabib como uma resposta à crise política moderna apontada por Simone de Goyard-Fabre. In: *Opinião Jurídica*, v. 18, n. 29, 2020.
- MARÇAL, Katrine. *O lado invisível da economia: uma visão feminista*. São Paulo: Alaúde, 2017.

MIES, Maria. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. *Direito & Praxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 838-973, 2016.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo. 2020.